



EDITAL 046/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS COMUNIDADES RURAIS ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AOS PEQUENOS PRODUTORES E INCENTIVO A FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG.

HORÁRIO E DATA PARA ENTREGA DOS ENVELOPES:

Até 09:00:00 de quinta-feira, 30 de junho de 2022.

HORÁRIO E DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:

Até 09:00:00 de quinta-feira, 30 de junho de 2022.

LOCAL: Rua Jose da Cruz, nº 09, Bairro: Centro, CEP: 39.596-000, Botumirim-MG.

O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para abertura das propostas comerciais.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na sala de licitações das 07h00min (sete horas) às 11h00min (onze horas), e das 13h00min (treze horas) às 17h00min (dezessete horas), de segunda à sexta-feira, na Rua Jose da Cruz, nº 09, Bairro: Centro, CEP: 39.596-000, Botumirim-MG, Telefone: (38)3255-1133- e-mail: licitacaobotu@gmail.com. O edital poderá ser requisitado gratuitamente, por qualquer interessado, através do referido e-mail, ou, ainda, através do site www.botumirim.mg.gov.br.

No caso de solicitação impressa do edital será cobrado a importância de R\$ 10,00 (dez) reais, referente a cópia reprográfica.

ESCLARECIMENTOS: e-mail: licitacaobotu@gmail.com.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.



PREÂMBULO

O Município de Botumirim/MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Botumirim-MG na Rua Jose da Cruz, 09 - bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o Nº: 18.017.418/0001-77 isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 064/2022, na modalidade Pregão Presencial nº 014/2022, do tipo menor preço Por Item, pelo regime de empreitada por preço unitário, regido pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, Lei nº 10.520, de 17/7/2002, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Decreto Federal nº 8538/2015, certame que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e condições fixadas no presente instrumento convocatório.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Pregão será realizado em sessão pública, conduzidos pelo Pregoeiro Ricardo Antônio Cabrito e pela Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 048/2022.

II – DO OBJETO

PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS COMUNIDADES RURAIS ATE A SEDE DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AOS PEQUENOS PRODUTORES E INCENTIVO A FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG.

III – AREA SOLICITANTE

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:

Dia 30/06/2022 às 09h00min.

ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

Dia 30/06/2022 às 09h00min.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento das propostas comerciais e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:

Sala de Reuniões, da Prefeitura Municipal de Botumirim/MG, localizada à Rua Jose da Cruz, nº 09, Bairro: Centro, CEP: 39.596-000, Botumirim-MG.

ESCLARECIMENTOS:

Através do e-mail: licitacaobotu@gmail.com e/ou via fac-símile, ou poderá ser endereçado a CPL, em Botumirim/MG, Rua Jose da Cruz, nº 09, Bairro: Centro, CEP: 39.596-000.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

IV – CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar desta licitação:

a) Poderão participar da presente licitação, PESSOA FÍSICA que contenha maior idade e empresas do ramo pertinente (PESSOA JURÍDICA) ao OBJETO licitado, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, que atenderem as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

4.2 - Participarão da Sessão Oficial do Pregão Presencial os representantes efetivamente credenciados.

4.3 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

a) Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) Em consórcio, exceto compostos em sua totalidade ou parcialmente por MEI, ME ou EPP, respeitado o disposto no art. 33 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993;



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

- c) Com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;
- d) Que tenha funcionário ou membro da Administração do Poder Executivo Municipal de Botumirim/MG, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico.
- e) Que não apresentar Declaração dos interessados ou seus representantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme exige a Lei Federal 10.520/02.

4.4. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

4.5. As pessoas físicas que desejarem participar deste Pregão poderão concorrer apenas para um item.

4.6 – Os interessados que desejarem participar deste Pregão deverão no dia, hora e local estabelecido neste edital, proceder ao credenciamento, entregar o Pregoeiro os envelopes separados e lacrados, respectivamente, a **"PROPOSTA COMERCIAL"** e **"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"** contendo na parte externa o nome do Pregoeiro, nome da pessoa física ou empresarial, nome e número da modalidade, data e hora da realização do certame.

Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

4.7. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, deverá comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

V – ENTREGA DOS ENVELOPES

5.1 - Dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de habilitação”.

5.1.1 – Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de habilitação” deverão ser entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:



DIA: 30/06/2022

HORA: 09:00 horas

LOCAL: Rua José da Cruz, nº 09, Centro, Botumirim/MG na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Botumirim/ MG.

5.1.2 - Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

5.1.2.1.

ENVELOPE 1 – “PROPOSTA COMERCIAL”

A/C DO PREGOEIRO: RICARDO ANTÔNIO CABRITO

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2022

DATA: 09:00:00 de quinta-feira, 30 de junho de 2022

5.1.2.2.

ENVELOPE 2 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

A/C DO PREGOEIRO: RICARDO ANTÔNIO CABRITO

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2022

DATA: 09:00:00 de quinta-feira , 30 de junho de 2022

5.2 - A Prefeitura Municipal de Botumirim-MG, não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentação de habilitação” que não sejam entregues ao pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste edital.

VI – DO CREDENCIAMENTO

6.1. O representante legal da licitante deverá, no horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao (à) Pregoeiro (a) para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outra equivalente, e do documento que lhe dê



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

poderes para manifestar-se durante a reunião de abertura dos envelopes "**Proposta**" e "**Documentação**" relativa a este Pregão.

6.1.1. Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante Estatuto/Contrato social, ou instrumento público/particular de procuração, ou documento equivalente.

6.1.2. Entende-se por documento credencial:

6.1.2.1- No caso de **PESSOA JURÍDICA**:

- a) Certificado de Condição de Micro empreendedor Individual, quando couber;
- b) Cópia do Registro Comercial no caso de empresa individual ou Estatuto/Contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

6.2.1.2- No caso de **PESSOA FÍSICA**:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Procuração ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão;

6.3. O documento deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão, conforme modelo contido no Anexo III;

6.4. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;

6.5. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o (a) pregoeiro (a) ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "**Proposta**" ou "**Documentação**" relativa a este Pregão, nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais.

6.6. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 9.10 deste Edital, a qualidade de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou equiparada deverá ser comprovada mediante apresentação de:



- a) Em se tratando de microempresa –ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial, ou, caso a empresa apresente em sua denominação ou firma abreviações, “ME” ou “EPP”, nos termos do Art. 72 da Lei Complementar 123/06, poderá apresentar apenas declaração de enquadramento conforme Anexo V, e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006, ou
- b) Em se tratando de MEI – Micro Empreendedor Individual, a comprovação desta condição será efetuada mediante certificado da condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI.
- c) Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, podendo ser conforme o ANEXO V, junto ao credenciamento.

6.7. A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº.123, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei 8.666/93.

6.8. Os documentos de credenciamento deverão vir autenticados ou deverão vir acompanhados dos originais para autenticação pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio.

6.9. Na abertura da sessão, deverá ser apresentado a Declaração dos interessados ou seus representantes de que não possui fatos impeditivos e que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, ao teor do que dispõe o art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, devendo obedecer ao modelo do ANEXO IV.

6.10. Caso o documento de credenciamento e/ou as declarações indicadas nos itens 6.5 e 6.8 estejam, por equívoco, junto aos envelopes lacrados, o pregoeiro autorizará a abertura dos envelopes em sessão pública para retirada da declaração oportunidade em que após a retirada da declaração na presença de todos, o envelope será novamente lacrado.

6.10.1. Na ausência de alguma declaração, estando a empresa devidamente representada e havendo poderes para que o preposto firme declarações, o Pregoeiro buscando preservar o interesse público e ampliar a concorrência autorizará que a licitante firme em sessão pública declarações de próprio punho.

VII – DA PROPOSTA COMERCIAL



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

7.1 - No envelope de proposta deverá conter os dizeres, conforme subitem 5.1.2.1.

7.1.1 - A proposta deverá ser impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, nome do proponente, endereço (e ainda, no caso de Pessoa Jurídica CNPJ e Pessoa Física CPF). Deverão constar da proposta:

7.1.2 - Descrição completa do objeto, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, deste edital;

7.1.3 - Preço unitário e total, em moeda nacional;

7.1.3.1 - A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a prestação dos serviços objeto desta licitação tais como: impostos, tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, para fiscais, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

7.2 - A simples participação neste certame implica em que:

7.2.1 - Estão aceitas todas as condições estabelecidas neste Pregão;

7.2.2 - A licitante vencedora compromete-se a prestar os serviços objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do objeto deste Edital.

7.2.3 - Os serviços de transporte feirante ora licitados serão contratados por um período após a homologação do processo pela Prefeita Municipal e assinatura do contrato, tendo seu encerramento no mesmo ano, podendo, entretanto, ser encerrado antes desse prazo por interesse da Administração e conveniência para o serviço, bem como poderá ter sua vigência prorrogada nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8666/93.

7.2.4 - O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para sua entrega, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.

7.2.5 - Os serviços obedecerão às determinações deste edital sendo acompanhados pela Secretaria Municipal de Agricultura, que fiscalizará o cumprimento do futuro contrato.

7.2.6 - No caso de omissão na proposta, considerar-se-á que as suas especificações serão as que constam do objeto deste edital.



7.2.7 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse desta Administração.

7.2.7.1. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1 - No envelope de habilitação deverá conter os dizeres conforme item: 5.1.2.2 – Envelope 02.

8.1.1 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou por servidor da administração pública, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

8.1.2 Na ausência de documentos constantes do item 8.2.2, deste título, o Pregoeiro e Equipe de Apoio poderão consultar os sites dos órgãos emissores para sua emissão, juntando-os aos autos.

8.2 - O licitante deverá apresentar os seguintes Documentos para habilitar-se na presente licitação:

PESSOA JURIDICA

8.2.1 – REGULARIDADE JURÍDICA

8.2.1.1. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, quando couber;

8.2.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.2.1.3. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

8.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.2.2.1. Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ

8.2.2.2. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual conforme Lei 8666/93, art. 29, II;

8.2.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social (INSS), através da apresentação da respectiva Certidão Conjunta – CND emitida pelo Ministério da Fazenda;

8.2.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

8.2.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.2.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

8.2.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5452, de 1º de maio de 1943. Exigência da Lei nº 12.440 de 07/07/2011.

8.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA

8.2.3.1. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

a) **Certidão Negativa de Falência e Concordata** emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante ou órgão equivalente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão.

PESSOA FISICA

8.2.4 – REGULARIDADE JURÍDICA

8.2.4.1. Carteira de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação

8.2.5 – REGULARIDADE FISCAL



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

8.2.5.1. Registro no Cadastro nacional de pessoas físicas (CPF)

8.2.5.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social (INSS), através da apresentação da respectiva Certidão Conjunta – CND emitida pelo Ministério da Fazenda;

NOTA EXPLICATIVA: Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.

8.2.5.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante,

8.2.5.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

8.2.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5452, de 1º de maio de 1943. Exigência da Lei nº 12.440 de 07/07/2011.

8.2.6. QUALIFICAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA

8.2.6.1. Certidão Cível de Execução cível negativa emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante ou órgão equivalente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão.

8.2.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.7.1. Para todos os interessados serão exigidos os seguintes documentos, levando em consideração ainda, que para cada item/rota vencedor deverá ser apresentado os seguintes documentos, exceto quando um mesmo veículo/conductor poderá realizar mais itens/rotas:

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto da licitação através da apresentação de 01 (um) atestado de desempenho, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação da prestação dos serviços de qualidade e cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento.

8.2.6.2. **Declaração que apresentará a documentação dos veículos** para fins assinatura do Contrato e atenderá as normas do Detran/MG. (ANEXO XI)

8.2.7 –DECLARAÇÕES DE CARATER GERAL



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

Juntamente com os documentos referidos nesta cláusula (cláusula 8), serão apresentados para fins de habilitação:

8.2.7.1. Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob as penas da lei, firmada pelo licitante, conforme ANEXO VI;

8.2.7.2. Para Licitantes Pessoa Física, deverá apresentar Declaração de que caso seja Vencedor neste certame, o motorista que irá conduzir o veículo será o próprio Licitante, conforme ANEXO IX;

8.2.7.3. Declaração emitida pela empresa de não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ANEXO X e no caso de PESSOA FÍSICA, declaração de que a mesma não é servidora pública.

8.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

8.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

8.4.1. Em nome da licitante e, no caso de pessoa jurídica, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo:

a) se a licitante (Pessoa Jurídica) for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome e com o CNPJ da matriz;

b) se a licitante (Pessoa Jurídica) for a filial, todos os documentos deverão estar em nome e com o CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.5. Os interessados poderão apresentar sua documentação através de cópias autenticadas. As cópias não autenticadas deverão vir acompanhadas dos respectivos originais para autenticação pela Comissão do Pregão. Não serão aceitos documentos em forma de "fax".

8.6. Os documentos previstos neste edital poderão ser autenticados pelo Pregoeiro ou pela equipe de apoio, no ato da abertura do envelope de documentos ou mesmo antes de iniciar a sessão do pregão.

8.6.1. Serão aceitas somente cópias legíveis;

8.6.2. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;



8.6.3. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.7. Para uso dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão observar o disposto na Clausula 9.17 do presente Edital, caso a documentação de regularidade fiscal apresente alguma restrição.

8.8. Por força da LC 147/14, nos termos do Decreto Federal N° 8538/2013, conforme o caso, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, e quanto à comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para fins de contratação, e não como condição de participação, entretanto deverá a Microempresa e empresa de pequeno porte apresentar toda a documentação.

8.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de que trata o item 8.2.2, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.9. A não-regularização da documentação no prazo previsto no item 8.8. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

IX – DA SESSÃO, DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 – Após o encerramento e identificação dos representantes das empresas proponentes o Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO, observando ao que dispõe no subitem 8.1.1, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados e serão proclamados pelo pregoeiro, os proponentes que apresentarem as propostas de menor preço e em seguida as propostas até 10% superiores àquela.



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

9.1.1 – Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o representante da licitante apresentará declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (**Anexo IV**), **como condição para a participação na presente licitação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002.**

9.2 – Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:

- a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;
- b) apresentarem valores excessivos ou manifestadamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrados sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

2NOTA EXPLICATIVA: Serão consideradas válidas as certidões emitidas diretamente no site dos Tribunais de Justiça, após verificadas a autenticidade das informações.

b.1) Não comprovando sua viabilidade, serão considerados preços inexequíveis e a licitante terá sua proposta desclassificado;

c) apresentarem valores unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

d) apresentam proposta alternativa.

e) apresentarem preços baseados em cotações de outro licitante Lei 8666/93, art. 40, VII c/c art 44, §2º.

f) 8.2.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio em ato público Lei 8666/93, art. 40, VII c/c art 45, §2º, 15, §4o.

9.3. Poderão fazer lances verbais e sucessivos, desde que presentes, o autor da proposta de menor preço e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, pela ordem decrescente de classificação, até a proclamação do vencedor.

9.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, pela ordem decrescente de classificação até a proclamação do vencedor.

9.5. Não poderá haver desistência dos lances apresentados, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.6. O Pregoeiro abrirá, de maneira ordenada, a oportunidade para que todos ofertem lances, a partir do autor da proposta classificada de menor preço e os demais, em ordem decrescente, respeitadas as regras deste Edital.



9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de igual valor, prevalecendo, nesse caso, aquele ofertado primeiro.

9.8. A desistência da proponente em ofertar lances, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará em exclusão da disputa do ITEM em questão, restando sua última oferta registrada para fins de classificação definitiva.

9.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.10. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

a) O Pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

b) A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem anterior.

c) Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrarem nas condições indicadas na alínea “a” do subitem 9.10.

d) - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 9.10, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.11. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 9, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

9.11.1. O disposto no subitem 8.10 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.12. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições das alíneas “a” e “b” do subitem 9.10, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 9.10, com vistas à redução do preço.

9.13. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.14. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários dos serviços, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.

9.15. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9.16 – O Pregoeiro procederá a verificação por meio eletrônico hábil da veracidade das Certidões apresentadas.

9.16.1. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação.

9.17. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.17.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, as mesmas, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe os termos da LC 123/06.

9.17.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.17.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



9.18. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

9.19. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 9.13 deste item IX, examinará a oferta subsequente de menor preço negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9.20. DO PROCEDIMENTO EM CASO DE DESORDEM

9.20.1. No decorrer da sessão, havendo perturbação do bom andamento do certame por parte de algum(ns) licitante(s) devidamente credenciado, deverá o Pregoeiro adverti-lo(s) por uma única vez, alertando-o(s) sobre a possibilidade de aplicação de sanções mais severas, lançando tudo em ata.

9.20.2. Prosseguindo a desordem, a despeito da advertência, poderá o Pregoeiro impor a retirada do(s) licitante(s) do certame, recinto, mantendo a proposta para fins de classificação.

9.20.3. O licitante não cumprindo o estabelecido no subitem 9.20.2, recusando-se acatar a ordem direta do pregoeiro, poderá o mesmo requisitar força policial, podendo ocorrer a prisão em flagrante do licitante, nos termos do art. 93, da Lei nº 8.666/93.

9.21. DA DEVOLUÇÃO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

a) Não havendo interposição de recurso, o pregoeiro procederá imediata devolução do envelope de habilitação da licitante, cuja proposta seja desclassificada.

b) Os envelopes pertencentes às licitantes que não restaram vencedoras do certame, serão devolvidos após adjudicação do objeto às licitantes que lograram êxito;

X – DOS RECURSOS E DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS
--

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e **motivadamente** a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começa a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, nos termos do art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002.

10.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3. Os recursos quando da aplicação das penalidades previstas no capítulo X deste edital, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

10.4. DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

10.4.1. São pressupostos de admissibilidade do recurso:

10.4.1.1. a legitimidade;

10.4.1.2. o interesse de recorrer;

10.4.1.3. a existência de ato administrativo decisório;

10.4.1.4. a tempestividade;

10.4.1.5. a forma escrita;

10.4.1.6. a fundamentação;

10.4.1.7. o pedido de nova decisão.

XI – DO PROCESSAMENTO DO RECURSO

11.1. Interposto o recurso, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, verificando a presença dos pressupostos de admissibilidade, determinará o seu processamento. Desatendido algum dos pressupostos, inadmitirá o recurso.

11.2. Admitindo o recurso, o Pregoeiro e Equipe de Apoio comunicarão o ato imediatamente aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



11.3. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse prazo fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, para decisão, que também será proferida naqueles mesmos prazos.

11.4. Os recursos deverão ser feitos por escrito e protocolados na Prefeitura Municipal, aos cuidados do Pregoeiro e Equipe de Apoio. Os recursos protocolados em local diferente do estabelecido neste edital serão rejeitados.

XII – DO RECURSO E DO PROCEDIMENTO PARA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Inexistindo interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e encaminhará o processo respectivo para homologação do resultado pela Autoridade Competente.

12.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente procederá à adjudicação e homologação e determinará a contratação.

XIII – DAS PENALIDADES

13.1 - Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Botumirim-MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais penalidades legais, a licitante que:

13.1.1 - não assinar o contrato no prazo do edital.

13.1.2 - apresentar documentação falsa;

13.1.3 - deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

13.1.4 - retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

13.1.5 - não mantiver a proposta, salvo por motivo aceito pela comissão/equipe de apoio. Lei 8666/93, art. 40, VI c/c art. 43, § 6º.

13.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.



XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

14.1 - São obrigações da Adjudicatária, além de outras decorrentes da legislação ou da natureza do objeto licitado:

14.1.1 – Prestar os Serviços licitados em estrita conformidade com as especificações exigidas neste Edital, no município de Botumirim/MG.

14.1.2 - responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessário à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato;

14.1.3 - assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros.

14.1.4 - manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.

14.2 - Os serviços serão iniciados mediante autorização emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura ou a quem ela delegar, onde se relatarão, de maneira circunstanciada as condições execução, conforme Termo contratual a ser firmado durante a execução contratual.

14.3- Em caso de ocorrências graves ou acidentes a adjudicatária deverá tomar as imediatas providências, acionar polícia e Secretaria Municipal de Agricultura.

14.4- Deverá utilizar de todos os meios legais e possíveis para não deixar os feirantes e os produtos sem recolhimento.

14.5- Deverá possuir um plano alternativo para acionamento em caso de emergências e urgência.

14.6- Certificar-se de que os motoristas do transporte de feirantes possuem habilitação adequada e dentro de validade com os respectivos cursos exigidos pela legislação de trânsito brasileira, atualizados.

XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO



15.1. Aos licitantes que couberem a adjudicação dos serviços licitados, deverão apresentar-se e comparecerão no Setor de Licitação, localizado na Sede da Prefeitura, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para firmar o contrato e ainda apresentar a documentação abaixo descrita, contados após a convocação para assinatura do contrato e da apresentação da documentação. O não cumprimento desta condição ensejará a perda do direito ao Contrato, sendo no caso convocada a empresa classificada em segundo lugar.

15.1.1. Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo referente ao ano de 2022 ou com todas as taxas de 2021 (IPVA, Seguro) exigidas para o período.

15.1.2. Comprovante de posse do veículo;

15.1.2.1. Caso o veículo não esteja no nome da empresa ou de terceiros, deverá ser apresentado documento (contrato registrado em cartório) assinado pelas partes de locação do veículo para transporte e escoamento de produção agrícola;

15.1.3. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação do Motorista na categoria exigida em Lei para o tipo de veículo e transporte;

15.1.4. Comprovante que o motorista não cometeu nenhuma infração grave ou gravíssima, ou foi reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses.

15.1.6. Laudo de Vistoria expedido pelo Detran/MG ou por órgão/empresa devidamente credenciado nos moldes da legislação vigente, devendo ser atualizada a cada seis meses.

15.2. O prazo de convocação para assinatura do contrato, poderá ser prorrogado uma vez por igual período quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo(s) adjudicatário(s), por escrito, desde que ocorram motivos determinantes, aceitos pelo Município.

15.3. Convocado, na forma dos sub-itens 15.1 e 15.2, o(s) adjudicatário(s) que não comparecer no prazo e condições estabelecidas, decairá do direito à contratação, ficando sujeito às penalidades do item XIII do edital.

15.4. Na hipótese do sub-item 15.3, o Município convocará outro adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

15.5. É vedada a subcontratação do objeto deste Pregão, sem a anuência da Prefeitura Municipal.



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

16.1 - Os pagamentos serão efetuados a favor da licitante vencedora até 30 dias após a apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestada pelo setor competente.

16.2 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

16.3 - Os preços ofertados por Item deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto da licitação.

16.4 - As hipóteses excepcionais de realinhamento de preços serão tratadas de acordo com as normas específicas e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio ou alea extraordinária.

16.5 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Nº Ficha	Atividade	Descrição	Natureza	Vínculo
979	10.1.2.20.605.26.2097.33903600	Manutenção das Atividades Mercado e Feiras Livres	Outros Serviços de Terceiros - P. F	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
980	10.1.2.20.605.26.2097.33903900	Manutenção das Atividades Mercado e Feiras Livres	Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
1002	10.1.2.20.606.26.2101.33903600	Incentivo ao Pequeno Produtor Rural	Outros Serviços de Terceiros - P. F	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
1003	10.1.2.20.606.26.2101.33903900	Incentivo ao Pequeno Produtor Rural	Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

XVII – DO COMBATE A CARTEIS/ CONLUIO

17.1 - O Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça editou a cartilha Combate a Cartéis em Licitações (2008), publicada no site:

http://www.comprasnet.gov.br/banner/seguro/Cartilha_Licitacao.pdf, e consignamos

as seguintes instruções:

a). A qualquer cidadão será assegurada intervenção durante o julgamento do leilão para denunciar formação de cartel entre os arrematantes, quando será acolhido o testemunho. O procedimento



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

será então imediatamente REVOGADO para preservar o interesse público, sendo que o procedimento e identificação dos arrematantes serão imediatamente enviados à Secretaria de Direito Econômico Departamento de Proteção e Defesa Econômica .

b). Caso o cidadão ou qualquer arrematante se sinta intimidado, poderá formular denúncia anônima junto a Secretaria de Direito Econômico Departamento de Proteção e Defesa Econômica.

c). Endereços para possíveis denúncias:

c1) à SDE é por meio do “Clique Denúncia”, formulário disponível na página da Secretaria na Internet - www.mj.gov.br/sde.

c2) Também é possível contatar a SDE no fax (61) 3226 5772. Por telefone, pode-se contatar a SDE por meio de sua Coordenação Geral de Análise de Infrações no Setor de Compras Públicas nos números (61) 3429 9270 e 3429 3396.

c3) Denúncias da existência de um cartel podem ainda ser endereçadas à: Secretaria de Direito Econômico Departamento de Proteção e Defesa Econômica Ministério da Justiça Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 5º andar, sala 554 Brasília- DF CEP 70064-900.

d). O arrematante intimidado à participar do CONLUIO poderá fazer uso do Programa de Leniência, que é um dos instrumentos mais efetivos no combate aos cartéis, e se caracteriza como espécie de “delação premiada” um membro do cartel denuncia a prática e todos os coautores, apresentando documentos e informações do cartel em troca de imunidade administrativa e criminal. A Lei Brasileira de Defesa da Concorrência reconhece que o interesse dos cidadãos brasileiros de ver desvendados e punidos cartéis supera o interesse de sancionar uma única empresa ou indivíduo que possibilitou a identificação e desmantelamento de todo o cartel e a punição de todos os seus outros membros.

17.2 PENALIDADES VINCULADAS

a). A apuração e persecução do cartel como crime é atividade da Polícia e dos Ministérios Públicos. Como os fatos considerados ilícitos em ambas as esferas (administrativa e criminal) são os mesmos, a SDE trabalha lado a lado com esses órgãos na investigação da prática, com base em convênios e acordos de cooperação, de forma a que a punição aos cartéis seja abrangente e eficaz.



Assim, a SDE encaminhará denúncias recebidas de agentes de compras também para os órgãos de investigação criminal e cooperará de forma plena durante todo o processo.

b). Os cartéis são a mais grave prática anticoncorrencial. Definidos como uma infração administrativa pela Lei de Defesa da Concorrência (Lei n. 8.884/94), os cartéis podem ser sancionados com multas impostas pelo CADE às empresas que variam de 1 a 30 % do faturamento bruto, excluídos os impostos, no ano anterior ao início das investigações.

Administradores tidos como responsáveis pela prática anticoncorrencial podem ser multados em quantia que varia entre 10 a 50 % da multa aplicada à empresa. Associações e outras entidades que não participam de atividades empresariais podem ser penalizadas com multas que variam de aproximadamente R\$ 6 mil a R\$ 6 milhões. Multas em caso de reincidência são dobradas.

c). Além das multas, a Lei de Defesa da Concorrência prevê outras sanções, tais como a publicação da decisão em jornal de grande circulação às expensas do infrator e a recomendação para que as autoridades fiscais não concedam aos infratores o parcelamento de débitos ou quaisquer outros benefícios. Uma das penalidades mais importantes que o CADE pode aplicar, quando se trata de cartéis em licitações, é a proibição de o infrator participar de licitações por até 5 anos. Trata-se de medida com efeitos semelhantes à declaração de inidoneidade prevista no art. 87, IV, da Lei de Licitações.

d). Além de ser uma infração administrativa, a prática de cartel também configura crime no Brasil. No que se refere aos cartéis em licitações, esse tipo penal é previsto no art. 90 da Lei de Licitações, o qual prevê detenção de 2 a 4 anos, e multa. A Lei de Crimes contra a Ordem Econômica (Lei n. 8.137/90) prevê ainda que cartel é crime punível com pena de 2 a 5 anos de reclusão ou multa. Para garantir que diretores e administradores sejam punidos criminalmente, a SDE vem incrementando de forma significativa a cooperação com a Polícia Federal, Polícias Cíveis e Ministérios Públicos Federal e Estaduais.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.2 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no §1º, art. 65, Lei nº 8.666/93 e §2º, inciso II, art. 65, da Lei nº 9648/98.

18.3 - Se a licitante vencedora deixar de aceitar ou não assinar o Contrato dentro de 02 (dois) dias contados da data de recebimento da notificação, e sem justificativa por escrito e aceita pela Secretária Municipal de Administração, ocorrerá caducidade do seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas no capítulo XIII deste Pregão.

18.4 – O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da Licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.5 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.6 - Transcorrido o prazo recursal e decidido os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Prefeito Municipal para o procedimento de homologação.

18.7 - Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

18.8 - Quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas eventualmente suscitadas, relativas às orientações contidas no presente Pregão, poderão ser solicitadas ao Município de Botumirim/MG, por escrito, por intermédio do Pregoeiro ou através do telefone (38)-3255-1133 no horário de 07:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00hs.

Botumirim/MG, 13 de junho de 2022.

RICARDO ANTÔNIO CABRITO
PREGOEIRO MUNICIPAL



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

1 – OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a “**PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS COMUNIDADES RURAIS ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AOS PEQUENOS PRODUTORES E INCENTIVO A FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG**”.

1.1. DETALHAMENTO DOS ITENS (conforme abaixo)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE KM TOTAL
0001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS COMUNIDADES (SAÍDA: AROEIRA, BONITO, CORREGO FUNDO A BOTUMIRIM - RETORNO DE BOTUMIRIM AO LOCAL DE PARTIDA) PERFAZENDO UM TOTAL DE 54KM DIARIO (IDA E VOLTA).VEÍCULO ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 41 LUGARES ASSENTADOS E COM BAGAGEIRO.	KM	300,00
0002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS COMUNIDADES (SAÍDA: CANTA GALO, PÉ DE SERRA, POÇOS, CASA MARIA DE ZE VELOSO A BOTUMIRIM - RETORNO DE BOTUMIRIM AO LOCAL DE PARTIDA) PERFAZENDO UM TOTAL DE 128KM DIARIO (IDA E VOLTA).VEÍCULO ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 41 LUGARES ASSENTADOS E COM BAGAGEIRO.	KM	550,00
0003	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS COMUNIDADES (SAÍDA: CARQUEJA/BALSA, SANTA CRUZ, BARREIRO A BOTUMIRIM) RETORNO DE BOTUMIRIM AO PONTO DE PARTIDA PERFAZENDO UM TOTAL DE 112KM DIARIO (IDA E VOLTA).VEÍCULO MICRO ONIBUS OU SUPERIOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES ASSENTADOS E COM BAGAGEIRO.	KM	460,00
0004	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS COMUNIDADES (SAÍDA: FAZENDA DESEJADA, ENTRADA O. PODRE, PEQUIZEIRO, DEVALDO NORONHA, PONTO M VIRGEM, GRUPO SANTA MARIA A BOTUMIRIM)-RETORNO DE BOTUMIRIM AO PONTO DE PARTIDA PERFAZENDO UM TOTAL DE 170KM DIARIO (IDA E VOLTA).VEÍCULO MICRO ONIBUS OU SUPERIOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES ASSENTADOS E COM BAGAGEIRO.	KM	700,00



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

0005	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS COMUNIDADES (SAÍDA: GADO BRAVO, ATALHO, POÇOS, FAZENDA BOM JESUS A BOTUMIRIM - RETORNO DE BOTUMIRIM AO LOCAL DE PARTIDA) PERFAZENDO UM TOTAL DE 82KM DIARIO (IDA E VOLTA).VEÍCULO ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 41 LUGARES ASSENTADOS E COM BAGAGEIRO.	KM	350,00
0006	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS COMUNIDADES (SAÍDA: GRUPO DO GIGANTE,FONSECA,CARIOCA,BELA VISTA,AÇUDE PÉ DA SERRA A BOTUMIRIM - RETORNO DE BOTUMIRIM AO LOCAL DE PARTIDA) PERFAZENDO UM TOTAL DE 192KM DIARIO (IDA E VOLTA).VEÍCULO ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 41 LUGARES ASSENTADOS E COM BAGAGEIRO.	KM	800,00
0007	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS COMUNIDADES (SAÍDA: RIBEIRAO DA ONÇA, BAIXA GRANDE A BOTUMIRIM - RETORNO DE BOTUMIRIM AO LOCAL DE PARTIDA) PERFAZENDO UM TOTAL DE 94KM DIARIO (IDA E VOLTA).VEÍCULO MICRO ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES ASSENTADOS E COM BAGAGEIRO.	KM	420,00
0008	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS COMUNIDADES (SAÍDA: TRAÇADAL,ADAO COLARÊS,MARAVILHA, PAU D' AGUA A BOTUMIRIM - RETORNO DE BOTUMIRIM AO LOCAL DE PARTIDA) PERFAZENDO UM TOTAL DE 87KM DIARIO (IDA E VOLTA).VEÍCULO ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 41 LUGARES ASSENTADOS E COM BAGAGEIRO.	KM	360,00

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Essa solicitação se faz necessária tendo em vista a necessidade dos serviços de transporte diversos, feirante e produtos das comunidades rurais e agricultores familiares, no âmbito do município de Botumirim, atendendo a zona rural, conforme linhas pré-definidas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Desta forma, faz-se necessária a contratação, haja vista não haver nos quadros desta municipalidade funcionários e veículos para atender toda a demanda.

As quantidades foram estimadas de acordo com a demanda das comunidade e estimativas de dias feiras (às sextas-feiras ou sábados, obedecendo ao calendário de feriados do município, sendo previamente comunicado caso haja mudança nas datas).

3. FORMA E LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

3.1 Os serviços serão prestados semanalmente, em dias de feiras, conforme dados abaixo, sendo que o contrato a ser firmado deverá ter um prazo até 31/12/2022, podendo ser prorrogado conforme art. 57, II da Lei 8666/93.

- Forma de prestação de serviço: por quilômetro rodado
- Prazo para início dos serviços: imediatamente após emissão da Ordem de Serviços;
- Local: linhas para atendimento das comunidades rurais no âmbito do município de Botumirim/MG. conforme rotas descritas neste Termo de Referência.
- Horário de prestação de serviço: considerando o tempo de percurso de cada rota obedecendo o horário de início e término das feiras, em conformidade com o definido em cada rota.

3.2 – O veículo deverá ter lotação mínima correspondente ao solicitado nas especificações da linha, em bom estado de conservação.

4. ESPECIFICAÇÕES DA ROTA

4.1 – A Rota da semana está descrita na Planilha de Especificações;

5. REQUISITOS NECESSÁRIOS

5.1 A Contratada sendo PESSOA JURÍDICA ou FÍSICA deve estar devidamente habilitada e registrada nos órgãos pertinentes às suas atividades comerciais e no Cadastro de Pessoas Físicas, respectivamente, bem como atender as especificações quanto a documentação que se encontram no edital.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

6.1 – A Administração pública não aceitará que os serviços prestados apresentem defeitos ou imperfeições, que estejam em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, conforme anexo I, cabendo à Contratada efetuar as reparações necessárias em prazo a ser determinado, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

6.2 - Os serviços prestados deverão ser feitos sob a responsabilidade da contratada, devendo o mesmo ser responsável pela regularidade no transporte. A Secretaria Municipal de Agricultura recusará os serviços que forem prestados em desconformidade com o previsto neste Termo.

Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e da aceitação do serviço licitado:

6.3 - Não serão aceitos serviços em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;

6.4 – O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das propostas de preço;

6.5 - Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de combustível, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, motoristas e outras despesas para a execução do contrato;

6.6 - Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, gasto com pessoal, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, bem como transporte, custos, leis sociais e tributos.

7 - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA.

7.1. O desembolso se fará mediante a rubrica das dotações orçamentárias consignadas no exercício de 2022. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Nº Ficha	Atividade	Descrição	Natureza	Vínculo
979	10.1.2.20.605.26.2097.33903600	Manutenção das Atividades Mercado e Feiras Livres	Outros Serviços de Terceiros - P. F	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
980	10.1.2.20.605.26.2097.33903900	Manutenção das Atividades Mercado e Feiras Livres	Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
1002	10.1.2.20.606.26.2101.33903600	Incentivo ao Pequeno Produtor Rural	Outros Serviços de Terceiros - P. F	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
1003	10.1.2.20.606.26.2101.33903900	Incentivo ao Pequeno Produtor Rural	Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

8 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

a) Executar o contrato e atender, com eficiência e qualidade, sempre e no momento em que a Contratante necessitar;



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

- b) Arcar com todas e quaisquer despesas decorrentes da execução contratual, inclusive manutenção do veículo, combustível, motorista, além de outros vinculados à natureza do objeto;
- c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de qualificação e habilitação exigidas no Pregão Presencial nº 014/2022.
- d) Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas, utilizando equipamentos, materiais apropriados e mão de obra qualificada, cumprindo, dentro dos prazos estabelecidos todas as obrigações assumidas e obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas;
- e) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo material causado ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, inclusive por seus empregados;
- f) Comunicar ao MUNICÍPIO qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- g) Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados;
- h) Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal relativas à prestação dos seus serviços, no que couber;
- i) Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços, no que couber;
- j) Honrar os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e outras obrigações previstas em Lei, ficando registrado que o pessoal empregado pela CONTRATADA não terá nenhum vínculo jurídico com o MUNICÍPIO;
- k) Encarregar-se exclusivamente pelo pagamento de todos os impostos, taxas e emolumentos sobre eles incidentes, prêmios de seguro de responsabilidade civil, indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços e fornecimentos contratados, além de quaisquer outras despesas incidentes, devendo apresentar, sempre que solicitado, a comprovação dos recolhimentos respectivos.
- l) Acatar apenas as solicitações de serviços emitidas por servidores formalmente autorizados pelo MUNICÍPIO;
- m) Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação comprovadas no processo.



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

- n) Informar a PREFEITURA eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretoria ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- o) Atender imediatamente, durante a vigência do Contrato, a todos os pedidos solicitados pelos servidores que utilizam os serviços, desde que respeitada a capacidade operacional contratada.
- p) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante, aos usuários e a terceiros a eles vinculados, tendo como agente o prestador, na pessoa de prepostos ou estranhos.
- q) Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
- r) Responsabilizar-se pelo trajeto dos veículos, de seu estabelecimento até o local determinado pelo município ou deste até o seu estabelecimento, bem como a contratação e deslocamento dos profissionais necessários à execução dos serviços, de seu estabelecimento até o local determinado ou deste até o seu estabelecimento.
- s) Fornecer o objeto descrito deste CONTRATO, estritamente de acordo com as especificações descritas nas Ordens de Fornecimento emitidas pela Contratante.
- t) Permitir o acesso de quaisquer funcionários, auditores e outros profissionais, eventual ou permanente designados pela Contratante, para supervisionar e/ou acompanhar a execução dos serviços.

9 – DA VIGÊNCIA

9.1 – A contar da assinatura do Contrato, até 31/12/2022, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, II da Lei 8666/93.

10. - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1 Os itinerários constantes deste Termo de Referência poderão sofrer alterações de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura.

10.2 O preço ofertado deverá basear-se no menor preço por km rodado, que será julgado por Item.



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

10.3 Cada veículo poderá submeter-se de forma aleatória, quando da conveniência da administração à conferência diária para aferição dos quilômetros rodados, as quais serão fiscalizadas pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Botumirim, devendo as mesmas estarem assinadas pelo responsável do setor;

10.4 Poderá instalar sistema de rastreamento de frota, para o controle diário das rotas e km rodados;

11 – DO FORO

Para dirimir qualquer controvérsia oriunda do cumprimento deste instrumento, elege-se o Foro da Comarca de Grão Mogol/MG, renunciando as partes, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Botumirim/MG, 13/06/2022.

HILTON BARROSO DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Agricultura

Aprovação do Termo de Referência:

ANA PEREIRA NETA
PREFEITA MUNICIPAL



ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 064/2022

PREGÃO PRESENCIAL 014/2022

RAZÃO SOCIAL/NOME: _____

CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ CEP: _____

TELEFONE: _____

DADOS BANCARIOS (preenchimento não obrigatório):BANCO:___AGENCIA:___CONTA:___

NOME DO SIGNATÁRIO (para assinatura do contrato): _____

CPF:_____IDENTIDADE:_____ESTADO CIVIL:_____

ENDEREÇO: _____

Item	Unid.	Qtde km/ano	Descrição dos Serviços/Rota/Linha	Valor Unitário por KM	Valor Total

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:
R\$.....(.....)

OBSERVAÇÕES:.....

Declaramos, que em nosso preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do Edital; enfim, tudo o que for necessário para os serviços, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município.



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

Declaramos igualmente, que:

- a) Temos pleno conhecimento dos serviços a serem executados;
- b) Recebemos do Município de Botumirim/MG todas as informações necessárias a elaboração da nossa proposta;
- c) Estamos cientes dos critérios de pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente;
- d) Obrigamo-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, contada da data de notificação do Município de Botumirim/MG bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura, sob pena das sanções cabíveis;
- e) Declaramos que os preços apresentados e os lances que vier a formular não são preços inexequíveis ou superfaturados, estando em consonância com o mercado.
- f) Declaramos que esta proposta tem o prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias.

DATA: _____/_____/_____

NOME

Representante Legal da Licitante



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

ANEXO III – CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Botumirim/MG

A/C Pregoeiro RICARDO ANTÔNIO CABRITO

Referência: Pregão Presencial Nº 014/2022

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____

(qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão Presencial nº 014/2022, vem perante Vossa Senhoria credenciar o Sr. _____, RG _____, como representante qualificado a participar de todos os atos relativos à referida licitação, inclusive com poderes expressos para oferecer lances e apresentar ou desistir da interposição de recursos, nos termos do artigo 109 da Lei Nº 8666/93.

Atenciosamente,

NOME

Representante Legal da Licitante



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À
HABILITAÇÃO**

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Botumirim/MG

A/C Pregoeiro RICARDO ANTÔNIO CABRITO

Referência: Pregão Presencial nº 014/2022

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____

(qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa, RG), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão Presencial nº 014/2022, que tem como objeto a “**PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS COMUNIDADES RURAIS ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AOS PEQUENOS PRODUTORES E INCENTIVO A FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG.**”, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não existem impedimentos à habilitação e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação com todos os termos estabelecidos neste Edital na presente licitação.

Atenciosamente,

NOME

Representante Legal da Licitante



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Pregão Presencial nº 014/2022

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio do seu representante

legal, Sr(a)., CPF nº, Carteira de Identidade nº, declara, para fins de participação na Licitação acima, sob as penas da lei, que é considerada:

- () Microempresa, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;
- () Empresa de pequeno porte, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Caso seja declarada vencedora do certame, promoveremos a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal.

Obs. Anexar esta documentação junto com os documentos de habilitação, para efeitos de se beneficiar do regime diferenciado previsto na Lei 123/2006.

,de _____ de 2022

Assinatura do Diretor, Sócio-Gerente ou equivalente.



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º,
XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Botumirim/MG

A/C Pregoeiro RICARDO ANTÔNIO CABRITO

Referência: Pregão Presencial nº 014/2022

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão Presencial nº 014/2022 e no inciso V do art. 27 da Lei 8666/93, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.

Atenciosamente,

NOME

Representante legal da empresa



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG, E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA/PESSOA FÍSICA _____ DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ESTABELECIDAS ABAIXO:

CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 - DO CONTRATANTE

O Município de Botumirim, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Botumirim-MG na Rua Jose da Cruz, 09 - bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o N.º: 18.017.418/0001-77, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Srª. Ana Pereira Neta portadora do CPF.: 073.794.446-38, residente neste município.

1.2 - DA CONTRATADA

A Empresa _____ sediada à Rua _____ n.º ____, inscrita no CNPJ sob o N.º _____, neste ato representada legalmente por _____, residente e domiciliado em _____ portador da CI N.º MG _____, inscrito no CPF sob o N.º _____.

1.3 - DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre do Processo Administrativo Licitatório N.º 064/2022 – Pregão Presencial N.º 014/2022, regido pelas Leis Federais N.º 8.666/93 e 10.520/02 e suas posteriores alterações.

CLAUSULA II - DO OBJETO E DAS NORMAS DE EXECUÇÃO

2.1 – DO OBJETO

2.1.1 - O presente contrato tem por objeto o **PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE**



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

SERVIÇOS DE TRANSPORTE E ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS COMUNIDADES RURAIS ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AOS PEQUENOS PRODUTORES E INCENTIVO A FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG, conforme anexo I deste Contrato.

2.2 – DAS NORMAS DE EXECUÇÃO

2.2.1 – Os serviços de transporte e escoamento de produção agrícola serão prestados em conformidade com o Edital do Processo Licitatório nº 064/2022 – Pregão Presencial nº 014/2022 e seus respectivos anexos.

2.2.2 - Observado o limite de acréscimo e redução automática, o trajeto original da linha em todos os seus pontos intermediários poderá ser alterado para atender às necessidades do serviço.

2.2.3 - O serviço será prestado exclusivamente nos dias previstos, de conformidade com o Calendário de feriados, sendo comunicado com antecedência qualquer alteração nas datas das feiras, aprovado pela Secretaria Municipal de Agricultura.

CLÁUSULA III – DO PRAZO, DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO.

3.1- DO PRAZO

3.1 – Os serviços de transporte e escoamento de produção agrícola serão contratados por um período que será iniciado em e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo ano, podendo, entretanto, ser encerrado antes desse prazo por interesse da Contratante ou prorrogado nos termos do Art. 57, II da Lei 8666/97.

3.2 - DO VALOR

3.2.1 – O valor mensal será obtido multiplicando-se o valor unitário por km pela quantidade de quilômetros efetivamente rodados e pelos dias trabalhados.

3.2.2 - Considerando a data de assinatura deste contrato até o termino do ano, o valor total do contrato será de R\$ _____ (_____).

3.2.3 - Sobre o valor do contrato não incidirão juros ou correção monetária, garantida, no entanto, a manutenção da equação econômico-financeira original, havendo aumento autorizado dos combustíveis, nos termos da planilha apresentada juntamente com a Proposta, com fundamento na alínea “d”, inciso II do art. 65, da Lei 8.666/93.

3.3 - DA FORMA DE PAGAMENTO



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

3.3.1 - O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação efetiva dos serviços de transporte feirante, emitida a nota fiscal e planilha de quilometragem de viagens emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura.

3.3.2 - Ocorrendo de caírem em dia que não haja expediente no Município de Botumirim-MG, as datas de pagamentos serão transferidas para o primeiro dia útil imediatamente subsequente.

CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – Os recursos necessários ao objeto do presente Contrato correrão por conta das seguintes Orçamentárias:

<<DOTAÇÃO>>

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Caberá à Contratada:

5.1.1 – Responsabilizar-se-á pela prestação de todos os serviços especificados no presente contrato, na forma e nas condições determinadas pela Administração Municipal.

5.1.2 - Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato.

5.1.3 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros.

5.1.5 - Manter o veículo em perfeitas condições de uso e funcionamento, ocorrendo por sua conta todas as despesas com abastecimento, limpeza, manutenção corretiva e preventiva.

5.1.5 - Assegurar que o veículo trafegue com todos os equipamentos de uso obrigatório, incluído estojo de primeiros socorros.

5.1.6 - Observar a legislação aplicável à espécie, notadamente o Código Nacional de Trânsito.

5.1.6.1 – Apresentar autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsitos do Estado, que deverá ser afixado na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de passageiros em número superior a capacidade estabelecida pelo fabricante, para tanto, DEVE:

5.1.8 - Substituir imediatamente o veículo por outro quando apresentar defeitos que impeçam a regular e segura circulação.

5.1.9 - Manter a segurança e a disciplina durante todo o trajeto, garantido a ordem no interior



do veículo.

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Caberá ao Contratante:

6.1.1 - Fiscalizar a execução;

6.1.2 – Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega da Nota Fiscal/Fatura pela licitante, de conformidade com as autorizações expedidas pelo Executivo Municipal.

CLÁUSULA VII - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES

7.1 - Qualquer modificação de forma ou quantidade (acréscimo ou redução) dos serviços, objeto deste contrato, poderá ser determinada pelo contratante mediante assinatura de Termos Aditivos, observadas as normas legais vigentes.

7.2 - O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 com as devidas justificativas.

CLÁUSULA VIII - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

8.1 - Compete a Secretaria Municipal de Agricultura, por sua Secretária ou pessoa indicada para este fim, expedir as autorizações de serviço ao contratado, receber e atestar as planilhas de viagens.

8.2 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo dos Secretários de Agricultura e Transportes.

8.3 - Compete ao Departamento de Compras, receber e atestar as faturas (Notas Fiscais) acompanhadas de planilhas de viagens, atestadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, para pagamento/ recebimento.

CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO

9.1 – A rescisão do presente contrato poderá ser:

9.1.1 – Determinada por ato motivado da Administração, após processo regular, assegurado o contraditório e amplo defesa, nos casos do artigo 78, I a XII e XVII, parágrafo único da Lei 8.666/93;



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000 CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

9.1.2 – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.1.3 – Judicial, nos termos da legislação.

9.2 – No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

9.3 – Ocorrendo à rescisão, à Contratada caberá receber o valor dos serviços prestados até a data da rescisão, observadas as disposições do item anterior (9.2).

CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES

10.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, ficando a mesma, garantida o contraditório e a ampla defesa, sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, devidamente atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM/FGV;

III – Suspensão temporária de participação em licitação com o Município de Botumirim-MG, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Município.

10.2 – Na hipótese de o contratado se recusar a assinar o contrato ou não executá-lo nas condições estabelecidas, se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, independentemente da aplicação de outras sanções previstas em lei.

10.3 – Pelo atraso injustificado da prestação dos serviços será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor dos bens, bem como a multa prevista no item acima. 10.4 – As multas lançadas pelo Município serão deduzidas diretamente dos créditos que o contratado tiver em razão da presente licitação.

CLÁUSULA XI – DO FORO

11.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Grão Mogol/MG para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Botumirim-MG, de _____ de 2022.

Ana Pereira Neta
Prefeita Municipal

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

ANEXO VIII – RECIBO

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022**

NOME/RAZÃO SOCIAL:.....

CPF/CNPJ Nº:.....

ENDEREÇO:.....

CIDADE:TELEFONE:

PESSOA PARA CONTATO:.....

Senhor licitante,

Visando comunicação futura entre a Prefeitura Municipal de Botumirim-MG e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Botumirim-MG, por meio do e-mail licitacaobotu@gmail.com e trazer o original no dia da abertura do certame que deverá ser apresentado ao Pregoeiro juntamente com o seu credenciamento.

A não remessa do recibo exime o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Botumirim – MG da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local e Data

Assinatura e/ou carimbo do CNPJ



Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

A licitante-----, inscrita no CPF -----, residente no endereço-----, nº-----, Bairro:----- CEP:----- Cidade-----/MG, DECLARA, que é ciente que caso seja vencedora da licitação a mesma será o motorista do veículo e que possui habilitação para o tipo de veículo a ser utilizado.

Atenciosamente,

Nome da licitante

CPF ou CNPJ



**ANEXO X – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO
SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO**

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Botumirim-MG

A/C RICARDO ANTÔNIO CABRITO

Referência: Pregão Presencial nº 014/2022

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, neste ato representada por _____ (*qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa*), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão Presencial nº 014/2022 e vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não **que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade mista.**

Atenciosamente,

NOME

Representante legal da empresa



*Rua José da Cruz, 09 – Centro – Fone: (38) 3255-1133 – CEP 39.596-000CNPJ -
18.017.418/0001-77 - E-mail: licitacaobotu@gmail.com*

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE VEÍCULO

O representante da empresa/Pessoa Física _____
abaixo assinado, declara para os devidos fins que apresentará dentro do prazo estipulado no
Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022, toda a documentação e nas condições
exigidas pelo edital, bem como cumprirá, quando necessário as normas do Detran/MG.

Atenciosamente,

NOME

Representante legal da empresa